

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 8.373, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2014

Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, alínea “a”, da Constituição,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial.

Art. 2º O eSocial é o instrumento de unificação da prestação das informações referentes à escrituração das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas e tem por finalidade padronizar sua transmissão, validação, armazenamento e distribuição, constituindo ambiente nacional composto por:

- I - escrituração digital, contendo informações fiscais, previdenciárias e trabalhistas;
- II - aplicação para preenchimento, geração, transmissão, recepção, validação e distribuição da escrituração; e
- III - repositório nacional, contendo o armazenamento da escrituração.

§ 1º A prestação das informações ao eSocial substituirá, na forma disciplinada pelos órgãos ou entidades partícipes, a obrigação de entrega das mesmas informações em outros formulários e declarações a que estão sujeitos:

- I - o empregador, inclusive o doméstico, a empresa e os que forem a eles equiparados em lei;
- II - o segurado especial, inclusive em relação a trabalhadores que lhe prestem serviço;
- III - as pessoas jurídicas de direito público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e
- IV - as demais pessoas jurídicas e físicas que pagarem ou creditarem por si rendimentos sobre os quais tenha incidido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF, ainda que em um único mês do ano-calendário.

§ 2º A prestação de informação ao eSocial pelas microempresas e empresas de pequeno porte, conforme a [Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006](#), e pelo Microempreendedor Individual - MEI será efetuada em sistema simplificado, compatível com as especificidades dessas empresas.

§ 3º As informações prestadas por meio do eSocial substituirão as constantes na Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial.

§ 4º As informações prestadas pelos empregadores serão enviadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e armazenadas no repositório nacional.

§ 5º A escrituração digital de que trata o inciso I do **caput** é composta pelos registros de eventos tributários, previdenciários e trabalhistas, na forma disciplinada no Manual de Orientação do eSocial.

Art. 3º O eSocial rege-se pelos seguintes princípios:

- I - viabilizar a garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;
- II - racionalizar e simplificar o cumprimento de obrigações;
- III - eliminar a redundância nas informações prestadas pelas pessoas físicas e jurídicas;
- IV - aprimorar a qualidade de informações das relações de trabalho, previdenciárias e tributárias; e
- V - conferir tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

Art. 4º Fica instituído o Comitê Diretivo do eSocial, composto pelos Secretários Executivos dos seguintes órgãos: [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

- I— Ministério da Fazenda; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- II— Ministério da Previdência Social; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- III— Ministério do Trabalho e Emprego; e [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- IV— Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º Ao Comitê Diretivo, com coordenação exercida alternadamente por período de um ano, compete: [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

- I— estabelecer o prazo máximo da substituição de que trata o § 1º do art. 2º. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- II— estabelecer diretrizes gerais e formular as políticas referentes ao eSocial; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- III— acompanhar e avaliar a implementação das diretrizes gerais e políticas do eSocial; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- IV— propor o orçamento e acompanhar a execução das ações referentes ao eSocial e das integrações dele decorrentes; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- V— propor ações e parcerias para comunicação, divulgação e aperfeiçoamento do eSocial entre os empregadores e empregados; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- VI— propor ajustes nos processos de trabalhos dos órgãos, visando à melhoria da qualidade da informação e dos serviços prestados à sociedade; e [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- VII— decidir, em última instância administrativa, mediante representação do subcomitê temático específico e após oitiva do Comitê Gestor, sobre proposições não implementadas no âmbito de suas atribuições, discriminadas no § 1º do art. 6º. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 2º As deliberações do Comitê Diretivo serão tomadas por consenso e formalizadas por meio de resolução. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 5º Fica instituído o Comitê Gestor do eSocial, formado por representantes dos seguintes órgãos: [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

- I— Ministério do Trabalho e Emprego; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - II— Ministério da Previdência Social; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - III— Secretaria da Receita Federal do Brasil; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - IV— Instituto Nacional do Seguro Social— INSS; e [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - V— Conselho Curador do FGTS, representado pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do FGTS. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- § 1º Compete ao Comitê Gestor: [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
- I— estabelecer diretrizes para o funcionamento e a divulgação do ambiente nacional; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - II— especificar, desenvolver, implantar e manter o ambiente nacional; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - III— promover a integração com os demais módulos do sistema; [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - IV— auxiliar e regular o compartilhamento e a utilização das informações armazenadas no ambiente nacional do eSocial; e [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)
 - V— aprovar o Manual de Orientação do eSocial e suas atualizações. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 2º A gestão do eSocial será exercida de forma compartilhada e as deliberações do Comitê Gestor serão adotadas por meio de resolução. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º Os órgãos e entidades partícipes do Comitê Gestor exercerão, alternadamente, as funções de Secretaria Executiva pelo período de um ano, tendo como secretário executivo o respectivo representante no Comitê. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

Art. 6º O Comitê Gestor será assessorado pelo Subcomitê Temático do Módulo Micro e Pequena Empresa e Microempreendedor Individual— MEI, formado por representantes dos órgãos referidos no **caput** do art. 6º e por representante da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 1º Ao Subcomitê Temático de que trata o **caput** compete formular proposta de simplificação, formalização, inovação, melhorias da especificação, arquitetura do sistema e de processos de trabalho que envolvam MEI, microempresas, empresas de pequeno porte e outros beneficiários enquadrados no Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, disciplinado pela [Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006](#). [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 2º As deliberações do subcomitê serão tomadas por consenso, registradas em ata e encaminhadas ao Comitê Gestor. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 3º O Comitê Gestor se pronunciará, de forma motivada, sobre as propostas encaminhadas pelo subcomitê na forma prevista no § 2º do art. 6º. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 4º As propostas elaboradas pelo subcomitê que não forem aceitas pelo Comitê Gestor poderão ser analisadas pelo Comitê Diretivo, mediante representação, para decisão final acerca de sua implantação. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

§ 5º Em caso de divergências no subcomitê temático, a iniciativa apenas poderá ser implementada pelo Comitê Gestor após decisão do Conselho Diretivo. [\(Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019\)](#) [\(Vigência\)](#)

~~§ 6º O Comitê Gestor poderá constituir outros subcomitês para desenvolver as ações necessárias à implementação, à operacionalização, ao controle e ao aprimoramento do eSocial. (Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019) (Vigência)~~

~~Art. 7º A participação nas atividades dos Comitês Diretivo e Gestor será considerada função relevante, não remunerada. ((Revogado pelo Decreto nº 10.087, de 2019) (Vigência)~~

Art. 8º A Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente operador do FGTS, o Instituto Nacional do Seguro Social, a Secretaria da Receita Federal do Brasil, o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego regulamentarão, no âmbito de suas competências, sobre o disposto neste Decreto.

§ 1º O eSocial não implica, em qualquer hipótese, transferência de atribuições e competências entre os órgãos ou entidades partícipes, nem transferência ou compartilhamento de propriedade intelectual de produtos não abrangidos por esse sistema.

§ 2º Os integrantes do Comitê Gestor terão acesso compartilhado às informações que integram o ambiente nacional do eSocial e farão uso delas no limite de suas respectivas competências e atribuições, não podendo transferi-las a terceiros ou divulgá-las, salvo previsão legal.

§ 3º As informações de natureza tributária e do FGTS observarão as regras de sigilo fiscal e bancário, respectivamente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2014; 193º da Independência e 126º da República.

DILMA ROUSSEFF

Guido Mantega

Manoel Dias

Garibaldi Alves Filho

Guilherme Afif Domingos

Este texto não substitui o publicado no DOU de 12.12.2014

*